

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.181 - DF (2019/0254521-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : TAK ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE EIRELI
ADVOGADOS : OSEIAS NASCIMENTO DE OLIVEIRA - DF023189
PRISCILA FERNANDES SABINO DE ARAUJO - DF022575
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADORE : JANAÍNA CARLA DOS SANTOS MENDONÇA - DF022070
S
BRUNO NOVAES DE BORBOREMA E OUTRO(S) - DF033806

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por TAK ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE EIRELI, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL DIREITO ADMINISTRATIVO DIREITO
PROCESSUAL CIVIL AÇÃO DE COBRANÇA ATO
ADMINISTRATIVO DUPLICATA NOTA DE EMPENHO
RECEBIMENTO NÃO COMPROVADO LEI N 8666/93 LEI N 4320/64
RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO SENTENÇA MANTIDA.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell

Superior Tribunal de Justiça

Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de setembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

